**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

**CONSULTA PÚBLICA N° 23/2019 (de 28/10/2019 a 11/11/2019)**

**NOME/RAZÃO SOCIAL: Sindicato da Industria da Fabricação do Álcool do Estado de São Paulo**

|  |  |
| --- | --- |
|  ( ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário |  ( x ) representante órgão de classe ou associação ( ) representante de instituição governamental ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor |
| Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização, de que trata o art. 14 da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e altera a Resolução ANP nº 758, de 23 de novembro de 2018. |
| **ARTIGO DA MINUTA** | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** |
| **Art. 4º, inclusão de novo parágrafo** |  Art. 4º Para geração de lastro de emissão de CBIO, o emissor primário deverá solicitar a escrituração dos CBIOs através da Plataforma CBIO, dentro do prazo de sessenta dias da data da emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que comprove a comercialização do biocombustível por ele produzido ou importado.§ 1º O atendimento à solicitação de que trata o caput somente ocorrerá caso o emissor primário possua contrato com empresa contratada pela ANP para hospedagem da Plataforma CBIO para a disponibilização continuada e periódica de informações, pagando pelo serviço.§ 2º A nota fiscal de comercialização de etanol combustível emitida por cooperativa de produtores será considerada para solicitação de escrituração de CBIOs desde que permita a identificação do emissor primário, sendo o crédito concedido à unidade produtora.**§ 3 º Nos termos do § 3º, do art. 3º, do Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, o emissor primário poderá solicitar a emissão de CBIOs sobre as operações de venda de biocombustíveis ocorridas a partir de 24 de dezembro de 2019, respeitado o prazo de sessenta dias previsto no caput.** |  Trata-se de inclusão de um novo parágrafo no art. 4º do texto submetido à consulta pública, destaque em vermelho, apenas para esclarecer quanto à aplicação do § 3º, do art. 3º, do Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, em conjunto com o § 2º do art. 13 da Lei nº 13.576, de 2017. A redação proposta tem por objetivo evidenciar que o emissor primário que detenha Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis poderá solicitar a emissão de Créditos de Descarbonização, conforme sua respectiva Nota de Eficiência Energético-Ambiental, sobre as operações de venda de biocombustíveis ocorridas a partir de 24 de dezembro de 2019 e desde que tal solicitação seja efetuada em até sessenta dias pelo emissor primário da nota fiscal de compra e venda do biocombustível. Desta forma, apenas a título exemplificativo, o emissor primário que obteve o seu Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis em 24/01/2020 poderá solicitar a emissão de Créditos de Descarbonização sobre as operações de venda após 24/12/2019, ainda que o seu Certificado tenha sido obtido em data posterior, desde que respeitado o prazo de 60 dias da respectiva nota fiscal.  |
|   |   |   |
|  |   |   |
|  |   |   |
|  |   |   |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *conspub\_qualidade@anp.gov.br*, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.